

ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

LIDO na 3ª Sessão Ordinária

Data 16/02/2023

Deluf
Secretaria Legislativa



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

PROTOCOLO

Processo nº 0085/23

Data 16/02/23

Deluf
Secretaria Legislativa

PARECER Nº 1 /2023

ESTADO DO AMAPÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA
APROVADO na 3ª Sessão Ordinária.

núncia Discussão.

Data 16/02/2023

Deluf
Secretaria Legislativa

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO**, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei nº 83/2022, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a nova composição e regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Santana-CMES, revoga parcialmente a Lei nº 366/1998-PMS e dá outras providencias, a qual esta comissão opina pela sua aprovação.

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei nº 83/2022, que dispõe sobre a nova composição e regulamentação do Conselho Municipal de Educação de Santana-CMES, revoga parcialmente a Lei nº 366/1998-PMS e dá outras providencias, foi regularmente protocolado junto à Secretaria Legislativa em 15 de dezembro de 2022.

A presente propositura encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo artigo 134, §1º do já citado Regimento Interno.

Compete-nos nesta oportunidade, em atendimento às determinações do §1º do artigo 40 do Regimento Interno, analisar a propositura quanto aos aspectos constitucional, legal e jurídico.

II – VOTO DO RELATOR

Trata-se de propositura de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a nova composição e regulamentação do Conselho Municipal de



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Educação de Santana-CMES, revoga parcialmente a Lei nº 366/1998-PMS e dá outras providencias.

No que tange a seu aspecto jurídico, imperioso se torna mencionar a Constituição Federal em seu artigo 30, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV – criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI – manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).
- VII – prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Após análise da descrição da medida pretendida por meio do Projeto de Lei nº 83/2022, é nítido que versa sobre a definição de legislar sobre assuntos de interesse local, matéria de competência material do Município (artigo 30, I, CF), não atrelada às competências legislativas privativas da União (artigo 22, CF).

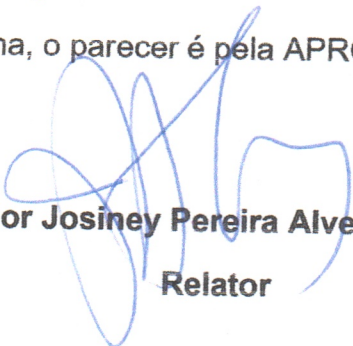
Salienta-se que, quanto à matéria de fundo, não existe qualquer violação ao conteúdo material da CF/88 e da CF/AP, além do mais, o referido projeto de



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

lei em análise, está dentro da competência exclusiva de iniciativa do Executivo, não havendo nenhuma mácula ou vício de constitucionalidade que impeça o bom andamento do processo legislativo.


Pelo exposto acima, o parecer é pela APROVAÇÃO da Lei nº 83/2022 na sua integralidade.

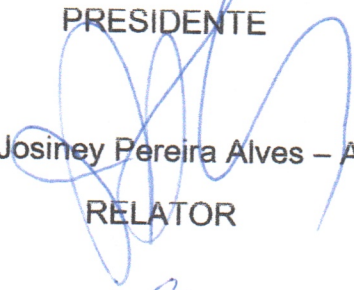

Vereador Josiney Pereira Alves – AVANTE
Relator

III – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e Redação da Câmara Municipal de Santana, em reunião decidiu pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 83/2022 na sua integralidade.

VOTOS PELA APROVAÇÃO


Vereadora Diana Castelo – PODEMOS
PRESIDENTE


Vereador Josiney Pereira Alves – AVANTE
RELATOR


Vereador Dr. Luiz Otávio - CIDADANIA
MEMBRO

VOTOS PELA REJEIÇÃO



ESTADO DO AMAPÁ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA

Vereadora Diana Castelo – PODEMOS
PRESIDENTE

Vereador Josiney Pereira Alves – AVANTE
RELATOR

Vereador Dr. Luiz Otávio - CIDADANIA
MEMBRO



THE UNIVERSITY OF
THE STATE OF NEW YORK
OFFICE OF THE COMPTROLLER

COMPTROLLER OF THE STATE

ALBANY, N. Y.

REPORT OF THE COMPTROLLER

FOR THE YEAR

ENDING DECEMBER 31, 1900

1901